



FACULDADE ARI DE SÁ
CURSO DE PSICOLOGIA

LUCAS DE OLIVEIRA AMARO DA SILVA

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO: A
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O FOMENTO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO
NA CLASSE TRABALHADORA**

FORTALEZA

2022

LUCAS DE OLIVEIRA AMARO DA SILVA

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO: A
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O FOMENTO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO
NA CLASSE TRABALHADORA**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Psicologia da Faculdade Ari de Sá, como requisito parcial da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador: Prof.^a Dra. Barbara Nepomuceno.

Aprovado(a) em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Bárbara Barbosa Nepomuceno.
Faculdade Ari de Sá

Prof.^a Ma. Milena Bezerra de Sousa Falcão
Faculdade Ari de Sá

Prof.^a Ma. Antônia Vaneska Timbó de Lima Meyer
Faculdade Ari de Sá

O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O FOMENTO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA CLASSE TRABALHADORA

Autor: Lucas de Oliveira Amaro da Silva
Orientadora: Bárbara Barbosa Nepomuceno

RESUMO

O artigo faz uma análise crítica do impacto das políticas neoliberais no contexto no brasileiro, e como essa gestão fomenta e se alinha com a precarização do trabalho e o sofrimento psíquico. O método empregado na confecção deste estudo, partiu de uma revisão de literatura, buscando abarcar uma premissa histórica, sociológica e psicológica acerca da introdução e afloramento do gerenciamento neoliberal no Brasil. Ao longo do escrito, poderemos observar, algumas mutações da política neoliberal, com mais clareza, a partir do último quartil do século XX. É exposto, neste, o impacto da flexibilização e concomitantemente da uberização do trabalho, que abarca não só trabalhadores com pouca instrução educacional, mas atinge também psicólogos, advogados e médicos, dentre várias outras camadas da sociedade.

Palavras-chave: Neoliberalismo; precarização do trabalho. Saúde mental; precarização do trabalho. Neoliberalismo; saúde mental.

SOMMAIRE

L'article fait une analyse critique de l'impact des politiques néolibérales dans le contexte brésilien, et comment cette gestion encourage et s'aligne sur la précarité du travail et la souffrance psychologique. En outre, la méthode employée dans la préparation de cette étude est partie d'une revue de la littérature, cherchant à englober une prémisses historique, sociologique et psychologique sur l'introduction et l'émergence de la gestion néolibérale au Brésil. Tout au long de l'écriture, nous pourrions observer, avec plus de clarté, certaines mutations de la politique néolibérale, à partir du dernier quartile du XXe siècle. En outre, il expose l'impact de la flexibilisation et concomitamment l'ubérisation du travail, qui inclut non seulement les travailleurs peu scolarisés, mais affecte également les psychologues, les avocats et les médecins, parmi plusieurs autres couches de la société.

Mots clés: Néolibéralisme; travail précaire. Santé mentale; travail précaire. Néolibéralisme; santé mentale.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 COMPREENSÃO HISTÓRICA ACERCA DA INSERÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL	5
1.2 PANORAMA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL	9
1.3 SOFRIMENTO PSÍQUICO ATRELADO AO TRABALHO	11
2. METODOLOGIA	15
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
3.1 O FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL NA ERA NEOLIBERAL	20
3.2 RELAÇÃO DO NEOLIBERALISMO COM O SOFRIMENTO PSÍQUICO E SEU IMPACTO NA CLASSE TRABALHADORA	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
5. REFERÊNCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

Considerando todo um cenário de desalento que trabalhadoras e trabalhadores vivenciam hoje no Brasil, o tema a ser tratado nesse Trabalho de Conclusão de Curso visa contribuir para a compreensão da dinâmica das políticas neoliberais e como esta suscita formas e meios de precarização e geração de sofrimento psíquico.

Dessa forma, este, intenta, entender a partir de uma premissa histórica, sociológica e psicológica as nuances do neoliberalismo na cena brasileira, e como esta ideologia política, atrela-se de maneira simbiótica as mazelas do sistema capitalista, diga-se: desemprego, precarização do trabalho, desigualdade social e a promoção e/ou fomento do sofrimento psíquico, atrelado a questões vinculadas ao trabalho. Neste prisma, será ainda, analisado o problema da uberização do labor, que nada mais é que uma evolução da afamada flexibilização, um dos pilares da nova cepa do liberalismo, problema, que será esmiuçado ao longo do texto.

Sobreleva-se ainda, salientar, que tal temática, é de suma importância, haja vista, todo o contexto de mudanças políticas ao longo das últimas décadas no Brasil, oscilações que impactaram negativamente principalmente a classe trabalhadora, com o aumento do desemprego e da instabilidade econômica e social.

Outrossim, os objetivos que orientam o presente estudo são:

Analisar as peculiaridades da gestão neoliberal no Brasil, e como esta fomenta a precarização do trabalho e o sofrimento psíquico. Sendo este o objetivo geral.

Segue os objetivos específicos:

- Compreender acerca da precarização do trabalho no contexto brasileiro;
- Entender a relação do neoliberalismo com o sofrimento psíquico;
- Analisar como as políticas neoliberais impactam no sofrimento psíquico da classe trabalhadora.

1.1 COMPREENSÃO HISTÓRICA ACERCA DA INSERÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Por conseguinte, primeiramente, iremos discorrer acerca de como a filosofia do livre do mercado se inseriu no contexto tupiniquim. Para traçarmos uma linha do tempo do liberalismo clássico, ao neoliberalismo, retornemos ao findar da década de 1930, década

posterior à crise de 1929, que assolou toda Europa, bem como os demais países do globo, e decênio que antecederia a segunda guerra mundial. No ano de 1938, políticos, jornalistas, escritores, filósofos, reuniram-se no que foi chamado de Colóquio Walter Lippmann, para discutir o ocaso a decadência do liberalismo, frente à ascensão dos comunistas na URSS e por outro lado países como Alemanha e Itália rumando para o fascismo (DUNKER; SAFATLE; JUNIOR, 2021).

Com isso, discutia-se, de forma premente, como readequar o pensamento liberal clássico a todas as mudanças de cenário que ocorriam à época, tendo em vista, que ainda no fim do século XIX, os pensadores liberais tinham a convicção que a livre-iniciativa, o empreendedorismo e a concorrência surgiriam de maneira espontânea na sociedade. Fato que não ocorrerá, dado as mudanças na conjuntura em toda Europa. Por conseguinte, os liberais perderam influência nos ditames da economia, bem como do controle social (DUNKER; SAFATLE; JUNIOR, 2021).

Nessa esteira, discutia-se a importância do Estado e sua influência na sociedade, no liberalismo clássico, defende-se o estado mínimo e no neoliberalismo criou-se a impressão dessa ideia. No entanto, para os neoliberais implantarem suas teorias e convicções, necessitam mais do que nunca da intervenção ferrenha do Estado, mas abominam ideias até keynesianistas tendo em vista que:

O neoliberalismo é um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito. Pois, para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia. Ele deveria bloquear principalmente um tipo específico de conflito, a saber, aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social. (DUNKER; SAFATLE; JUNIOR, 2021, p. 18).

Sabendo da importância do Estado para implementação das políticas neoliberais, podemos sustentar que o período ditatorial no Brasil, a exemplo de seu vizinho sul-americano, o Chile, foi de suma importância, para o progresso neoliberal, não para uma real concretização, mas, sim para fincar as primeiras sementes que posteriormente brotaram e cresceram no âmago das terras de Vera Cruz. (DUNKER; SAFATLE; JUNIOR, 2021).

Neste enquadramento em meados da década de 70, do século passado, os princípios neoliberais passaram a ser implementados no mundo (CARINHATO, 2008). Nesse quartel, o Brasil vivenciava uma atroz ditadura empresarial-militar, que arraigava as sementes do neoliberalismo com seus intelectuais, dentre estes o ex-embaixador e escritor José Osvaldo de Meira Penna e Roberto Campos. Segundo Dunker, Safatle e Junior (2021), Meira Penna foi um dos responsáveis pela difusão do pensamento liberal no Brasil, Penna era membro da

famosa Sociedade Mont Pélerin, e, na época, ministro das relações exteriores do governo militar, tendo assim, influência direta no palácio do planalto.

Com o fim do governo militar, no ano de 1985, e a volta a uma suposta sociedade democrática, as elites burguesas, que floresceram durante o governo do exército de Caxias, permaneciam a influenciar e a ditar as regras na nova e frágil democracia que se erguera, sob égide do pensamento liberal (CARINHATO, 2008). Com o enfraquecimento e o cerceamento do pensamento comunista no debate político e nos ciclos acadêmicos, as ideias de um liberalismo à brasileira de Meira Penna, ganham força e começam a florir a partir do governo de José Sarney (1985-1990), em um primeiro estágio buscando uma renovação da moral do país e, em uma segunda etapa, desenvolver um projeto de Estado que desempenha a função de desenvolvedor dos mercados e protetor contra os monopólios. Nessa esteira, encontram-se os governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de acordo com Dunker Safatle e Junior (2021).

Nessa toada com a execução profícua da política de privatização, “a taxa de desemprego nacional cresceu 38%, nos quatro anos do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, e passou de 6,5% para 9,0% da População Economicamente Ativa” (TOLEDO, 1999). Neste enquadramento, inicia-se a era da precarização das relações de trabalho que se configura como uma marca indissolúvel dos trabalhadores informais, por outro lado, a instabilidade no emprego se constitui como característica marcante do mercado de trabalho formal no Brasil após o ajuste neoliberal da década de 1990, através da alta rotatividade da mão-de-obra empregada (MELO, 2007).

Nesse ínterim, com a alta do desemprego no início dos anos 90, aliada a falta de manejo dos governantes junto a classe trabalhadora e seus representantes, e com uma reformulação na gestão do trabalho, que mudaria toda uma dinâmica antes estabelecida, considerando, toda uma mudança no cenário de acumulação que as políticas neoliberais empreenderam, deu-se início ao descontentamento da classe proletária em desfavor ao governo, haja vista, que conforme Filgueiras (2006) sinaliza, toda essa conjuntura de acontecimentos se alastrou por toda década de 90.

Com a onda de insatisfação que se propagava entre os setores populares e, de certa forma, abrangia uma parcela da burguesia nacional e os meios midiáticos que outrora o promoveram, no ano de 1992, chegou ao fim o governo messiânico de Collor. No entanto, o seu ignóbil legado não se perderá com ele, perdurou as políticas de privatizações, reduções de programas sociais abrangentes e a falácia do Estado mínimo tiveram seu deslanchar com FHC posteriormente (MACIEL, 2011).

Tendo o caçador de marajás¹ caído e, por ora, o projeto neoliberal necessitando recuar, para fortalecer-se, o planejamento dos pensadores do livre mercado arrefeceu e aparentou estar adormecido. Mas, em 1995, assume o posto mais alto da república Fernando Henrique Cardoso, disposto a não só dar continuidade ao projeto já iniciado por Collor, mas a ser ainda mais incisivo em suas demandas (ALMEIDA, 2010).

É notório que, com as mudanças alçadas por Collor e FHC, o padrão de acumulação sofreu uma mudança drástica, aqueles que tinham muita riqueza passaram a ter mais riqueza, e aqueles que viviam na miséria, foram ainda mais assolados por ela. Isso, levando em consideração todo o cenário de desemprego, fome e desesperança que perdurou por toda década de 90 (GENNARI, 2002).

Ainda segundo Gennari (2002), a ideologia neoliberal funciona como espécie de moldura, para uma superestrutura ideológica de domínio e subjugação, tendo em conta, que o momento vivenciado a época se enquadrava nos mesmos moldes da expansão bonapartista na Europa do século XIX. No qual o executivo nacional administrava o país, por meio de medidas provisórias que afetavam diretamente a classe trabalhadora. Frente a esse cenário, no período compreendido entre os mandatos de Collor e Fernando Henrique, o Brasil vivenciou uma alta de desemprego nunca antes vista (NERI; CAMARGO; REIS, 2000).

Após oito anos de governo FHC, o Brasil sofreu com um período crítico em toda sua formatação. Com isso, aflora em meio a esse contexto o que a classe trabalhadora acreditava ser a saída para todas as mazelas de uma longa década 90. No entanto, um governo de cunho popular, que surgiu em meio a reivindicações da classe trabalhadora, desde meados da década de 70, parecia ser a saída. Nesse ínterim, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), então presidente da República, de certa forma freou as políticas extremas que os neoliberais tentavam executar, mas, se analisarmos sob um ótica holista, o Partido dos Trabalhadores, alinhou-se com a mesma classe burguesa que norteava e demandava às pautas em Brasília nos governos anteriores (MANOEL, 2020).

Ora, não se nega neste artigo os avanços que a classe trabalhadora vivenciou no período em que o Partido dos Trabalhadores tomou a frente do executivo nacional, tais como uma maior valorização do salário mínimo, ampliação do seguro desemprego, maior proteção ao microempreendedor 'MEI', dentre outras (KREIN; SANTOS; NUNES, 2012). Mas é evidente que as reformas necessárias não foram empreendidas em seu longo tempo de governo, a desestruturação da classe trabalhadora realizada nos governos predecessores, foi

¹ Alcinha concedida ao ex-presidente Fernando Collor de Mello.

superficialmente endireitada, abrindo assim as brechas para as contrarreformas que se iniciaram em 2016, com a queda de Dilma e a entrada de Michel Temer.

Nesse deslinde, com a refração das políticas públicas iniciadas a partir de 2003, no governo Lula, e posteriormente tendo sua descontinuação instituída em 2016, pelo então presidente Michel Temer (2016 - 2018), estas tiveram papel fundamental no aumento da pobreza e conseqüentemente na precarização do trabalho e no enfraquecimento de determinados setores da sociedade, principalmente da classe média e baixa (ALVES, 2016).

À vista disso, o cenário político e social brasileiro, na última década, atravessa um contexto horrendo para as classes menos abastadas, haja vista a caótica e temerária mudança no modelo de gestão do poder executivo nacional, na qual a taxa de desocupação que outrora era de 4,7%, em 2011, no primeiro trimestre de 2022, chega a 11,2% (IBGE, 2022). Com isso, nota-se que o modelo de gestão galgou de um social-liberal, nas eras Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), para um modelo ultraliberal iniciado por Michel Temer, em meados de 2016, e tendo sua real implementação no governo de Jair Messias Bolsonaro e seu fiel escudeiro Paulo Guedes, adepto dos moldes de gestão da famosa e pouco eficaz escola de Chicago (ARAÚJO; CARVALHO, 2021).

1.2 PANORAMA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Nesse esteio, o cenário de precarização e geração de sofrimento psíquico se fazem presentes no território brasileiro, haja vista, que não houve reformas profundas no Estado em busca de um bem-estar social, se considerar o panorama do século XX, e as primeiras décadas do século XXI (MANOEL, 2021).

Nessa conjunção, sabe-se o lúgubre percurso que a classe trabalhadora percorre no Brasil para galgar melhores condições de trabalho. No mais, a cultura escravista que se alicerçou no âmago da classe burguesa, fortalecida pelo pensamento liberal, bloqueou no passado e impede nos dias atuais uma melhor condição de labor para o proletariado, como bem salienta o historiador Jacob Gorender (2000).

Segundo Antunes (2018), as transformações na dinâmica de trabalho que acometeram o mundo a partir da década de 70, em países como França, Alemanha, Inglaterra e Japão (países centrais do capitalismo) foram cruciais para a mudança na situação dos países periféricos. Tendo estes importado o modo de gestão de trabalho mais flexibilizado para suas economias em ascendência como Brasil, China e Índia. Dessa forma, a cena brasileira passou

a ser preparada para tal modelo econômico e cultural, ainda no período da ditadura empresarial-militar como supracitado, e tendo sua real execução a partir de Collor, com políticas que fomentaram a precarização das mais variadas formas de labor, em copiosos núcleos da sociedade brasileira.

Neste deslinde, caminhando para um melhor entendimento a respeito da precarização do trabalho atualmente, necessita-se mais uma vez voltarmos para a década de 90. De acordo com Filgueiras (2006), a partir desse período, iniciou-se o legado da precarização do trabalho formalizada, institucionalizada, considerando que a legislação da época, assim como a de hoje, era burlada, houve o aumento da jornada de trabalho, a ampliação da informalidade e a redução dos rendimentos dos trabalhadores e trabalhadoras. Cenário símil ao dos dias atuais, se considerarmos todo o contexto do Brasil do século XXI.

Apontando para os dias atuais, nota-se que há uma mudança, hoje, somos dominados por telas, cliques, comunicação instantânea via rede social com quem está no outro lado do globo. E isso, foi fundamental para a expansão da concepção do empreendedorismo neoliberal, com essa nova ferramenta chamada de *smartphone*, qualquer indivíduo pode ser elevado à condição de empresário, empreendedor (ANTUNES, 2018).

Neste contexto, os modelos de trabalho que vigoravam no início do século passado, tal qual o toyotismo e o fordismo, perderam espaço nesse cenário que se desenhou desde meados da década de 70. Ora é claro e evidente que na periferia do capital, tais modelos não foram executados, o fordismo e o toyotismo estavam presentes nos países centrais do capitalismo. O Brasil, assim como outros países latinos, serviu de experimento para a política neoliberal. O *Welfare State*², ainda continua sendo uma pauta distante da classe trabalhadora da periferia do mundo (DUMÉNIL; LÉVY, 2014).

Destaca-se que, nesse período, as formas de exploração e precarização do trabalho, passaram por um processo de evolução, com o avanço da tecnologia, a criação de ferramentas e plataformas em que dá a *oportunidade* do trabalhador ser seu próprio chefe, desencadeou uma onda de trabalho informal, como destaca Ricardo Antunes (2018) em sua brilhante obra, o privilégio da servidão. Outra demanda que se destaca nesta seara, e que nos últimos anos ganhou força, principalmente com a alavancada dos aplicativos e/ou apps de serviços é a chamada *uberização* do trabalho que posteriormente será melhor analisada.

² O welfare state é um modelo de Estado assistencialista e intervencionista, fundado nos direitos sociais universais dos cidadãos. Nele, o governo é responsável pela garantia do bem-estar social e qualidade de vida da população, além da promoção da igualdade.

Posto isso, salienta-se que todo esse cenário já estava sendo desenhado, haja vista, que a revolução burguesa, ancorava-se num impulso modernizador das relações econômicas, e caminhava para lançar sua ofensiva (FLORESTAN, 2008). A investida burguesa se engendra de forma mais voraz a partir da Lei nº 13.467, de julho de 2017, fomentando a fragilização da classe trabalhadora, e aumentando o poder das grandes companhias. Ressalta-se que neste bojo, ainda caminham uma frágil e ineficaz justiça do trabalho, que ao longo dos anos vem passando por um desmonte impudico (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019).

Deste modo, como consequência dessas mudanças e com a introdução de uma nova modalidade de labor, mesmo que precária, o trabalhador não vê alternativa a não ser se sujeitar a tais condições de trabalho. Como bem aponta o IPEA (2021), entre 2016 e 2021 houve um aumento de 979,8% no número de trabalhadores que aderiram ao serviço de transporte por aplicativo.

Dado o grande número de homens e mulheres que se vinculam às novas formas de trabalho, a pior forma de sofrimento causado pelo neoliberalismo é o desemprego e com isso abre-se a possibilidade para a alta demanda de pessoas sendo recrutadas para trabalhos precários, como aponta Antunes (2018). É evidente que todo esse cenário de angústia, de certa pressão que o trabalhador sofre, irá gerar um sofrimento na seara psicológica, considerando que na política neoliberal esse sofrimento é aceito e legitimado (SAFATLE; DUNKER; JUNIOR, 2018), neste entender reforça ainda Innocencio (2020) que o sistema capitalismo se pauta na fomentação de tal sofrimento.

1.3 SOFRIMENTO PSÍQUICO ATRELADO AO TRABALHO

É sabido, que a fragilização do labor é o cavalo de batalha do modelo de administração neoliberal e, o sofrimento psíquico, o motor pulsante do instrumento das classes burguesas, tendo seu alicerce na filosofia do livre mercado, sob a ótica da austeridade, que tão somente retalha a já enfraquecida população de trabalhadoras e trabalhadores (OLIVEIRA, 2022). Ao caminhar para a questão da precarização do trabalho, levanta-se a pauta para o sofrimento psíquico, considerando que na engrenagem da atual política empregada no Brasil, o sofrimento funciona como propulsor deste lúgubre sistema, dado que:

Enquanto liberais clássicos, descendentes de Jeremy Bentham e Stuart Mill, encaravam o sofrimento, seja do trabalhador, seja do cidadão, como um problema que atrapalha a produção e cria obstáculos para o desenvolvimento e para o cálculo da felicidade, como máximo de prazer com mínimo de desprazer, a forma de vida neoliberal descobriu que se pode extrair mais produção e mais gozo do próprio

sofrimento. Encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho, extraindo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o mínimo de fidelização recíproca da empresa, torna-se regra espontânea de uma vida na qual cada relação deve apresentar um balanço. Desta forma não existem zonas protegidas “fora do mercado”, e quem é contra isso é contra o neoliberalismo, e quem é contra o neoliberalismo é a favor do Estado. Tudo é mercado. Educação é investimento. Saúde e segurança. Relações interpessoais são *networking*. Imagem é *marketing* pessoal. Cultura é entretenimento. Pessoa é o empreendedor de si mesmo (DUNKER, 2016, online).

Por conseguinte, interpreta-se que o sofrimento psíquico é o impulsionador da forma de trabalho, haja vista, que o trabalhador autônomo, passa a se *cobrar* ao extremo, considerando que o discurso que vigora nos dias atuais passa a impressão de que os horários são fluidos, e o trabalhador quem os controla (OLIVEIRA, 2022). Arelada a isso, nos últimos anos, a taxa de desemprego segue a se avolumar de forma copiosa. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2016, a taxa de desemprego, em nível regional, diga-se América Latina, teve um aumento de 8,1%, e considerando que a economia brasileira teve sua influência nessa demanda. Nessa esteira, as políticas de Estado para geração de emprego e redução da pobreza inexistem nos dias atuais, tendo em vista todo o contexto que se arrasta desde 2016. Os tempos que outrora vislumbravam melhoras nas classes pobres do Brasil, hoje são sombrios, frente a crescente onda de desemprego, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), alcança cerca de 14,8 milhões de pessoas, segunda maior marca, desde 2012, com isso se fortalece a subvalorização do trabalho e do sujeito.

Ainda na busca de dirimir tal questão, fez-se o seguinte questionamento: o que seria esse sofrimento? O sofrimento não é uma entidade que pode ser palpada, não pode ser vista, e por esse motivo se invisibiliza mediante toda a conjuntura em que o Brasil se encontra (SAFATLE; DUNKER; JUNIOR, 2018). No mais, é certo que esse sofrimento deixa rastros e pistas. Como evidências concretas temos o aumento do uso de medicações ansiolíticas e antidepressivas que, de acordo com o Conselho Federal de Farmácia (2021), houve um crescimento de cerca de 17% no número de vendas de antidepressivos e ansiolíticos, entre 2020 e 2021. Ressalta, ainda, o CFF que a era pandêmica, teve sua influência nesse aumento, tendo em consideração que o número de desempregados se avolumou nesse período e as medidas tomadas pelo então governo de face neoliberal e de cunho fascista, não foram eficazes (SOUZA, 2021). Como já supracitado, o período que corresponde ao atual governo é responsável pelo maior número de desempregados em toda a década, cerca de 14,8 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE (2021).

Ora, um fenômeno que pode aclarar essa tese é a *uberização* do trabalho, que ao longo dos últimos anos foi potencializada pela reforma trabalhista, em 2017, e pela PEC 241, que tem como intuito o congelamento de gastos por parte da união (ALVES, 2016). Nesse cenário, foi fortalecida a dialética da suposta autonomia do trabalhador, nisso, criou-se a falsa impressão de que ele é o próprio chefe e desta forma, é reproduzido um falso discurso de uma suposta liberdade, e que somente o trabalhador é responsável por seus proventos e a lógica da meritocracia vigora a partir desse ponto (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020).

Aclarando a questão do novo modelo de trabalho, a dita *uberização*, de acordo com Franco e Ferraz (2019), esta representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva. Nessa toada, é sabido dizer que o vínculo de trabalho tradicional se perde nessa nova dinâmica, expondo ainda mais a classe proletária à violência e aos entraves da nova rotina de trabalho.

Na sua obra intitulada “Uberização: a nova onda do trabalho precarizado”, Tom Slee (2019) nos mostra um pouco a dimensão desse novo conceito de trabalho. O autor esclarece como a dinâmica de trabalho mudou com o passar dos anos, e como o trabalho precarizado sustenta esse modelo empresarial, pois não existe vínculos do empregador com o empregado, toda forma de comunicação passa a ser virtual, o empregado é responsável pelo seu transporte, sua alimentação, seu provento, e não existe uma regulação na quantidade de horas trabalhadas. E mais, apesar das plataformas, como Uber, Ifood, 99 pop³, afirmarem que não mantêm nenhum vínculo empregatício com o trabalhador ou a trabalhadora, existe um controle automatizado que regula a quantidade de corridas ou entregas que se pode recusar, dessa forma funciona como espécie gerenciamento algorítmico do trabalho (ABÍLIO, 2019).

Nesse percurso, frente a todas as adversidades, surge a seguinte questão: como a psicologia percebe esse fenômeno? É sabido, que o neoliberalismo atua não apenas na economia, como supramencionado, mas opera no campo psíquico, na forma de uma psicologia implícita, que herdara do liberalismo onde os valores simbólicos e morais percorrem entre a economia e os modos de subjetivação do sujeito (DUNKER, 2021).

Entrementes, seguindo essa intelecção, um dos esforços necessários para a desconstrução e para uma ação mais ativa da psicologia, para uma melhor compreensão dos fatos, será a desmistificação do sujeito que ao longo dos anos foi talhado tanto pelo liberalismo quanto mais profundamente pelo neoliberalismo, a taxação do sujeito em

³ Multinacionais no serviço de transporte individual e coletivo de pessoas e delivery.

categorias em molduras, nas chamadas normalopatias neoliberais. Dado isso, Dunker (2021) afirma que o surgimento da depressão contemporânea, veio atrelado ao nascimento do neoliberalismo, tal qual o borderline.⁴ Em estudo realizado, nos países da América Latina, no ano de 2020, a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS, 2022) atesta que houve um aumento no índice de pessoas com depressão, ou que expressam algum pensamento suicida. Nesse sentido, o estudo demonstrou que o impacto da pandemia e a precarização do trabalho foram cruciais para tal avultação.

Logo, faz-se premente tratar da era pandêmica, considerando o impacto causado por esta, com o aumento da pobreza, que de acordo com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2022) estima-se que, entre 2020 e 2021, a taxa de extrema pobreza na América Latina tenha aumentado de 13,1% para 13,8%.

Portanto, diante de toda essa cena em que o Brasil se encontra, eu como jovem, periférico, assalariado, de classe média, me vejo diretamente inserido nessa redoma, neste furacão, neste caos que se transformou o cenário brasileiro para as trabalhadoras e trabalhadores. Com isso, urge a necessidade de tratar de uma temática que passa despercebida na academia, nos debates, desse modo, acredito que a situação calamitosa e vilipendiosa em que nos encontramos seja profícua, tendo em vista todo o panorama supracitado.

Além do mais, não podemos desconsiderar que os governantes que estão no poder neste momento, são de suma importância para a consolidação do plano neoliberal, tendo em vista que suas ações beiram o fascismo. Reich (1988) aponta que a psicologia é um dos meios para a dominação das classes, considerando que não existe uma separação no plano psicológico dos dominantes e dos dominados, o que existe é ação por parte da classe dominante, para subjugar e modificar a noção de sujeito na sociedade. Com isso ressalta o autor, que a psicologia como prática para reversão dessa realidade, não pode se submeter de forma passiva às atroz formas e meios que o capital se utiliza para remodelar o subjetivismo do proletariado.

Neste intento, a psicologia se percebe nesse meio como um instrumento que pode ser manipulada, mas também um dispositivo que pode ser aplicado para a reversão desse contexto, não a restituição para um lugar utópico, como aponto Reich (1988), mas para a compreensão de todo o contexto no qual estamos inseridos. Desta forma o entendimento da

⁴ A característica essencial do transtorno da personalidade borderline é um padrão difuso de instabilidade das relações interpessoais, da autoimagem e de afetos e de impulsividade acentuada que surge no começo da vida adulta e está presente em vários contextos.

realidade concreta é de suma importância para a percepção dos fatos que nos cercam e que nos assolam.

Dado todo o contexto que vivenciamos na atualidade, como bem aponta Rosário (2020), que o governo de Jair Messias Bolsonaro, intenta alçar voos maiores rumo a dissolução e a destruição da classe trabalhadora. Neste cenário, urge a necessidade de um melhor entendimento de toda a realidade, considerando que uma das armas da burguesia e/ou do capital é o enfraquecimento do subjetivismo das massas, como denota Prestes (2019).

Por tudo dito, faz-se premente que haja uma compreensão acerca do fenômeno que não acomete apenas o Brasil, mas vários países da periferia do capitalismo. No mais, urge a necessidade de um melhor entender no que concerne ao Brasil se considerar todas as políticas que foram implantadas ao longo de décadas e que hoje se demonstram mais vorazes no enfraquecimento da classe trabalhadora.

Nesse deslinde, com a ascensão do reacionarismo no Brasil, impregnado da filosofia neoliberal, uma análise crítica do sistema vigente, das condições do labor e, conseqüentemente, do agravo do sofrimento psíquico causado por este, faz-se necessária. Tendo em vista a regressão das condições de trabalho nas últimas décadas, como já apontado anteriormente. E dessa maneira, veremos como a psicologia passa a compreender esse fenômeno, que parece ser de outra seara, mas acaba por englobar o campo psicológico, se considerar, que o neoliberalismo não seria apenas uma mera filosofia econômica, mas que atuaria em todos os campos da vivência humana.

De tal sorte, este estudo terá como pressuposto inicial analisar as peculiaridades da gestão neoliberal no Brasil, e como esta fomenta a precarização do trabalho e o sofrimento psíquico. Além disso, este busca a inteligência acerca da precarização do trabalho no contexto brasileiro. E ainda nesta esteira, enseja-se entender a relação do neoliberalismo com o sofrimento psíquico. Além das questões supra, intenta-se analisar como as políticas neoliberais impactam no sofrimento psíquico da classe trabalhadora.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho partiu de uma revisão bibliográfica ou revisão de literatura, de acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica ocorre em sua maioria, por meio de livros, publicações periódicas, artigos científicos, tal como impressos variados, explicita ainda o

autor que o método bibliográfico de pesquisa é de suma importância na análise de fatos históricos, bem como na maior cobertura de fenômenos diversos.

O método utilizado neste artigo tratou-se da revisão integrativa, tendo em vista que esta é um artifício que oportuniza a condensação de conhecimentos e a integração da aplicabilidade de estudos relevantes acerca do fenômeno estudado (SOUZA; DA SILVA; CARVALHO, 2010). Nesse entender, de acordo com os autores supracitados, a revisão integrativa, não se trata apenas de uma replicação das obras já consagradas, mas essas servem para entender novos fenômenos no que tange ao tema e com isso gerar conclusões outras. Para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, adotou-se como a revisão integrativa como processo metodológico. Nesta revisão integrativa serão utilizados livros da literatura nacional e internacional, artigos científicos e publicações editoriais em revistas científicas.

A busca das produções teóricas ocorreu nas seguintes bases de dados: Scielo (Scientific Electronic Library OnLine), periódicos CAPES e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Foram utilizados os seguintes descritores e suas combinações unicamente na língua portuguesa: neoliberalismo AND precarização do trabalho, saúde mental AND precarização do trabalho, neoliberalismo AND saúde mental.

A seleção fora efetuada a partir de leitura cautelosa dos artigos sendo priorizada a leitura mais aprofundada apenas dos que atenderam aos critérios de inserção estipulado neste artigo, por exemplo, obras que diligenciem acerca da temática da precarização do trabalho na gestão neoliberal no contexto brasileiro, bem como na geração de sofrimento psíquico, causado por mudanças incitadas por políticas neoliberais.

Os critérios de inclusão ou exclusão utilizados, foram o ano de publicação das obras, com isso será estabelecido o interregno de tempo que abarque do ano 2000 ao ano 2022, no mais, ressalta-se que o idioma das publicações deverá ser na língua portuguesa, ainda sobre os critérios de inclusão e exclusão serão proscritos obras não revisadas por pares, exceto livros de autores notáveis no campo psicológico e social.

Acerca da revisão integrativa, consta na construção desta em seis etapas. De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), a primeira etapa é a definição do tema e/ou seleção da hipótese, a etapa subsequente é o estabelecimento de parâmetros para a inclusão e exclusão de obras, tais como artigos, teses e dissertações, a próxima etapa é a categorização dos estudos, nesta se define quais informações serão utilizadas das obras selecionadas, a quarta etapa é a análise dos dados, neste estágio são excluídos os estudos que não farão parte do trabalho, na etapa pospositiva são interpretados os resultados outrora colhidos, na fase

anterior, e na sexta etapa ocorre a síntese ou condensação das evidências acerca do fenômeno estudado.

No que pendente aos aspectos éticos da pesquisa, evidencia-se que todo estudo, apesar de não lidar diretamente com o ser humano, este não se dissocia dos aspectos sociais e políticos, com isso afirma-se que há um impacto na sociedade provocado pela inserção de tal assunto, no meio científico ou de abertura para o público em geral, nessa entoada salienta-se a importância do autor atender a todos os ditames, previamente estabelecidos pela comunidade científica, tais como propriedade do conhecimento, compromisso com a verdade e responsabilidade, tendo em vista, como já supramencionado apesar de tal estudo não envolver fisicamente humanos, existe uma repercussão no que diz respeito à sociedade (HILÁRIO; GRÁCIO; GUIMARÃES, 2018).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões deste, adveio, a princípio da busca de artigos, usando os descritores retro mencionados. No que cabe mencionar, é que foram encontrados 62 (sessenta e dois) artigos de forma geral, foi realizada breve leitura, com intuito de selecionar e averiguar se estes cumpriam os critérios. E desta, seguindo todos os critérios de inclusão e exclusão, restaram 26 (vinte e seis) artigos, que estão dispostos na tabela abaixo.

Tais artigos, utilizados na confecção deste Trabalho de Conclusão de Curso, permeiam as áreas do conhecimento que atrelam-se, tanto a questões do contexto do laboral, como também da saúde, educação, economia e direito, haja vista que a simples questão política, envereda-se por todos esses campos. As obras expostas abaixo, circundam o período que consta do ano de 2003 a 2022.

Neoliberalismo e saúde mental				
1	Depressão e Neoliberalismo: Constituição da Saúde Mental na Atualidade	CAMBAÚVA, Lenita; SILVA JUNIOR, Mateus	Psicologia : Ciência e Profissão	2005
2	O neoliberalismo e a precarização do trabalho em enfermagem na pandemia de COVID-19: repercussões na saúde mental	RIZIO, Larissa et al	Revista da Escola de Enfermag em da USP	2022

3	Bolsonaro e Covid-19: Negacionismo, militarismo e neoliberalismo	HUR, Domenico; CAMESELLE, José; ALZATE, Mônica	Revista psicologia política	2021
4	Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho	ARAÚJO, José	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho - Revistas USP	2020
5	A visibilidade dos escondidos	COSTA, Daniel; TAMBELLINI, Anamaria	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2009
Neoliberalismo e precarização do trabalho				
6	Autonomia Contratual e Razão Sacrificial: Neoliberalismo e Apagamento das Fronteiras do Jurídico	GEDIEL, José; MELLO, Lawrence	Revista Direito e Práxis	2020
7	Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal	PRADO; SILVA; SILVESTRINI	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2020
8	A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho	PRAUN, Luci	TES - Trabalho, Educação e Saúde	2020
9	Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro	AQUINO, Cássio	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho - Revistas USP	2020
10	Alicerces da precarização existencial no mundo do trabalho	VASCONCELOS, Yumara	Revista Espaço Acadêmico	2020
11	A precarização do trabalho: Da revolução industrial ao neoliberalismo	SCANDELA, Aline	Colloquium Humanarum	2010
12	Precarização do trabalho e desarticulação do movimento sindical no capitalismo contemporâneo	SOUSA, Ana; GUEDES, Maria	Revista Tópicos Educacionais	2022

13	Precarização do trabalho: A nova cepa da lógica capitalista autofágica	CÂNDIDO, Geraldo	Lex Humana	2021
14	As transformações do mundo do trabalho e a lógica destrutiva da era neoliberal	DA SILVA, João	Revista Espaço Acadêmico	2016
15	Da financeirização da economia à precarização do trabalho: Considerações a partir da obra tardia de Luciana Gallino	CARVALHO, João	Perspectivas: Revista de Ciências Sociais	2016
16	Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade	FALEIROS, Vicente	Repositório UNB	2003
Saúde mental e precarização do trabalho				
17	Desemprego e suicídio na população brasileira em um cenário de crise do capitalismo	BARRETO, Antonio; DE SOUZA, Luis	Ciência & Saúde Coletiva	2021
18	Suicídio e trabalho em metrópoles brasileiras: um estudo ecológico	CECCON, Roger et al	Ciência & Saúde Coletiva	2014
19	Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão	HIRATA, Helena	Caderno CRH	2011
20	As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado	FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SILVA, Edith	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	2010
21	Desafios colocados pelas estratégias neoliberais de precarização do trabalho para a pesquisa-intervenção voltada para a transformação das situações de trabalho	MUNIZ, Hélder et al	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho - Revistas USP	2020
22	Concepções e práticas de procuradores do trabalho sobre a relação entre saúde mental e trabalho	SOUZA, Natasha; BERNARDO, Marcia	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho - Revistas USP	2018
23	Ainda sobre a saúde mental do trabalhador	BERNARDO, Marcia et al	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	2011

24	Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva	BERNARDO, Marcia; NOGUEIRA, Francisco; BULL, Sandra	Arquivos brasileiros de psicologia	2011
25	Sufrimento psíquico e social na situação de desemprego	SCHMIDT, Maria et al	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2018
26	Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho	FORATTINI, Cristina; LUCENA, Carlos	Laplage em Revista	2015

Adiante, será apresentado alguns pontos que ao longo do trabalho, foram discutidos. No entanto, salienta-se, que haverá uma interlocução dos autores mencionados na tabela acima, com autores que já foram citados, ao longo do escrito.

3.1 O FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL NA ERA NEOLIBERAL

A partir da leitura dos artigos obtidos sobre a temática da precarização do trabalho, notou-se, que este fenômeno, abarca desde a professora (o), enfermeira (o), médica (o) até o profissional autônomo, que em tese, não mantém nenhuma espécie de vinculação com o empregador, e tal circunstância pode ser notada, a partir da flexibilização e dos seus impactos no modelo de trabalho.

Nessa esteira, quando pensamos a questão das políticas liberais e como estas se assentaram ao redor do globo no início do século XIX, mas precisamente com a revolução industrial, é cabível salientarmos que com o nascimento desta, a noção de sujeito passou por uma transmutação, e com isso a precarização do trabalho que outrora vigorava nos grandes feudos, passou-se a se instalar nos grandes centros que se erguiam. Acentua-se que na doutrina liberal todos os indivíduos, em tese, teriam os mesmos direitos, noção esta que abarca somente o campo teórico (SCANDELAI, 2010).

Elucida ainda Scandelai (2010) que em meados do século XX, nasce uma nova cepa da teoria liberal, com outra proposta, a princípio, mas que em seu cerne as concepções no tocante ao indivíduo se enviesaram ainda mais. Nesse entender, quando falamos da vinculação do neoliberalismo com a precarização do trabalho no contexto brasileiro, é necessário retornarmos ao passado, para compreendermos como este se instalou em solo

tupiniquim. Tendo em vista que, segundo Sousa e Guedes (2022), o trabalhador no sistema capitalista só tem valor se for produtivo ao sistema, e a produção muitas vezes é feita sob ambientes laborais precários. Posto isso, seguindo essa intelecção, Antunes (2009) bem enfatiza que o desemprego tal qual a precarização do trabalho, são pilares importantíssimos para a sobrevivência do neoliberalismo.

Para melhor compreender tal questão, e as peculiaridades do Brasil, Aquino (2020), esclarece que o fenômeno da precarização na Terra de Santa Cruz, nasce junto com a colonização, haja vista que a força de trabalho em sua totalidade alicerçava-se na mão de obra escrava, dessa forma, a cultura escravista assentou-se no país por quase quatro séculos. Consequentemente ao fim do longo modelo escravocrata, as suas nuances ainda permeiam as questões laborais da cena brasileira em pleno século XXI, no mais, ressalta ainda o autor, que só em meados da década de 80 do século XX, especificamente o nordeste brasileiro passou da transição do modelo outrora empregado, rumando para a industrialização. No entanto, ainda segundo Aquino (2020) tal transição já nasce tendo a instabilidade como *modus operandi* assim como nas outras regiões do país.

Nessa esteira, é interessante distinguirmos dois termos que são utilizados no campo das ciências sociais que tratam da questão do trabalho, são eles precarização e precariedade. Segundo Vasconcelos (2020, p. 70), a precariedade é um fenômeno pontual, já a precarização “é um fenômeno de fluxo, de aprofundamento, evidenciado pelo desmonte de direitos trabalhistas e aqueles sociais”. Nessa dinâmica a precarização do trabalho ultrapassa os vínculos laborais e se estabelece forçosamente no âmago da classe trabalhadora (PRADO; SILVA; SILVESTRINI, 2020).

Nesse esteio, Antunes (2009) vem bem clarificar tal questão, este afirma que o legado da precarização é um advento do sistema capitalista e que nas últimas décadas com o declínio dos modelos fordista/toyotista a onda da terceirização escancara a face fúnebre do capitalismo, considerando, que até meados da década de 80 do século passado apenas países da periferia do capital como Brasil, México e Índia, dentre outros, viviam sob a égide da terceirização. Entretanto, ressalta Faleiros (2003), que após o fatídico desmanche dos modelos supramencionados, as maiores economias globais passaram a implementar em seus contextos a dita flexibilização.

À vista disso, levando em conta que o Brasil vivia a margem do sistema capitalista tais mudanças na dinâmica trabalhista dos países que compõem a testa de ferro do capitalismo, como EUA e os países da UE (União Europeia), tiveram forte impacto no nosso contexto político e social, pois a metamorfose que achincalhou tais potências, já estava em

fase de implementação por aqui nas décadas 80 e 90 (CÂNDIDO, 2021). De tal sorte, a mudança na estrutura política do país, de acordo com Araújo (2020), reflete, entre outros fatores, uma crescente concentração de renda, gerando o enorme aumento da desigualdade em diversos planos da existência individual e coletiva.

Araújo (2020) infere ainda que a precarização do sistema laboral não atinge apenas trabalhadores e trabalhadoras que executam atividades manuais, ou pessoas de baixa renda, pois esta está inserida em várias camadas da sociedade, do campo acadêmico a diplomatas que exercem suas atividades sem quaisquer vínculos com seus respectivos ‘patrões’. Calcorreando para o mesmo entender, Antunes (2018) nos revela que a dinâmica do trabalho perpetuado ao longo do último século, hoje passa a ser uma mera lembrança, se consideramos que a roda que rege o capital a todo momento gira e muda sua face e o fronte que nos é mostrado agora é da flexibilização. Hoje tudo é flexível do horário de trabalho a remuneração, bem como as metas que sempre se alçam. Clarifica ainda o professor no que tange a nova onda da dita flexibilização:

O chamado teletrabalho e/ou home office, que se utiliza de outros espaços fora da empresa, como o ambiente doméstico, para realizar suas atividades laborativas. Isso pode trazer vantagens, como economia de tempo em deslocamentos, permitindo uma melhor divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, dentre outros pontos positivos. Mas com frequência é, também, uma porta de entrada para a eliminação dos direitos do trabalho e da seguridade social paga pelas empresas, além de permitir a intensificação da dupla jornada de trabalho, tanto o produtivo quanto o reprodutivo (sobretudo no caso das mulheres) (Antunes, 2018, p.42).

É interessante ressaltarmos a questão da divisão sexual do trabalho à luz da globalização, pois esta tornou mais hialina a diversidade e as desigualdades entre os sexos, raças e classes (HIRATA, 2011). Elucida ainda, Antunes (2020) que a mulher ao fazer parte do trabalho flexibilizado é impactada duas vezes, pois assevera o autor que grande parte das mulheres vivenciam a dupla jornada de trabalho.

Doravante, no que pende a nova onda de precarização, Da Silva (2016) bem pontua que a terceirização é o fio condutor de tal transmutação da nova dinâmica do trabalho. Ressalta Muniz, Teixeira e Silva (2020) que este modelo expõe o trabalhador a um segmento sem direitos, sem proteção trabalhista. Seguindo essa intelecção Antunes et al (2020) nos demonstra que a precarização nos dias atuais passa por uma mudança em seu âmago, a dita uberização., fenômeno que abarca todas as camadas da sociedade. Com isso o processo de individualização e invisibilização dos vínculos de trabalho tomam outra forma, disfarçado de

empreendedorismo, logo todas as relações pretéritas de trabalho são obliteradas e é dado início a era da indústria 4.0⁵.

Na brilhante obra *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*, Antunes et al (2020) bem clareia que a realidade concreta que estamos inseridos, caracteriza-se como um “*Frankenstein*” social, onde um grande número de pessoas das mais qualificadas as menos qualificadas formam um gigantesco número de trabalhadores e trabalhadoras na informalidade, e em contrapartida poucas empresas/plataformas não param de enriquecer. De acordo com Antunes et al (2020) tal enriquecimento é alinhado com a burla da legislação social protetora do trabalho, portanto, arrazoam Gediel e Mello (2020) que tal premissa, ficou mais visível com a promulgação da Lei nº 13.467/2017 (Brasil, 2017), lei esta que desmantela as amarras dos direitos trabalhistas e expõe os trabalhadores e trabalhadoras ao sistema da dita flexibilização/uberização.

Dessa forma, de acordo com Bernardo, Nogueira e Büll (2011), a concepção neoliberal vai na contramão da Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas (ONU) e da própria Constituição Federal de 1988 que preconizam que o trabalho é um direito de toda pessoa e, além disso, um direito social.

Considerando o período da pandemia da Covid-19, que se inicia no ano de 2020, Praun (2020) elucida que neste hiato podemos ver o semblante da precarização e da precariedade do mercado de trabalho no Brasil. A autora bem destaca que tal período jogou luz sobre todas as nossas contradições, haja vista os 107 milhões de pedidos do auxílio emergencial, aliados à taxa de 40% de trabalhadores e trabalhadoras vivendo na informalidade. Posto isto, escancara-se todas as fragilidades impostas pelas políticas neoliberais. E de forma antagônica, divergindo da realidade social do país o então governo de Jair Bolsonaro aprovava as MPs (medidas provisórias) 927 de 22 de março de 2020 (Brasil, 2020) e a MP 936 de 01 de abril de 2020 (Brasil, 2020), ambas com o intuito de flexibilizar as formas de trabalho. Em função disso, Hur, Cameselle e Alzate (2021) compreendem que o discurso e a prática neoliberal assimilam o sujeito como apenas um instrumento do capital para gerar riquezas.

De todo o exposto, é possível concluirmos que a precarização do trabalho é um mero produto do neoliberalismo, vide que este busca maximizar a extração de valor sobre o homem e isso engendra vilipendiosos danos para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, como o

⁵ A Indústria 4.0 também chamada de Quarta Revolução Industrial, engloba um amplo sistema de tecnologias avançadas como inteligência artificial, robótica, internet das coisas e computação em nuvem que estão mudando as formas de produção e os modelos de negócios no Brasil e no mundo (DRUCZKOSKI, 2020).

sofrimento psíquico e social. De mais a mais, como citado acima, o período pandêmico, escancarou, ainda mais, todas as desigualdades que existem no Brasil, e além disso, arrancou o véu que recobria todo o discurso pautado na meritocracia e na individualização do indivíduo.

3.2 RELAÇÃO DO NEOLIBERALISMO COM O SOFRIMENTO PSÍQUICO E SEU IMPACTO NA CLASSE TRABALHADORA

Doravante, as obras incluídas e utilizadas para a realização deste tópico, nucleiam um mesmo assunto, a relação do neoliberalismo com o sofrimento psíquico, e partir da leitura dessas, podemos inferir que o sofrimento, alicerça-se e é, fomentado pelo modelo de gestão que vigora hoje no Brasil.

Desse modo, ao tratarmos do sofrimento psíquico, é necessário retornarmos a simples questão do sujeito, haja vista que tal conceito atualmente está envolto nos ditames liberais e com isso passamos a construir essa noção com base nesta teoria, dessa forma o sujeito e/ou indivíduo é tido como: aquele que é livre para propor, repactuar contratos com o outro, igualmente suposto livre, mediado por leis que nos tornam aparentemente submetidos e referidos a uma razão universal. No entanto, esclarece Dunker, Safatle e Junior (2021) que tal entendimento não passa de teoria abstrata e a real noção de sujeito imposta pelo liberalismo e neoliberalismo é a individualização.

Nesse entendimento, Safatle (2020) irá demonstrar que a suposta abstração do Estado nos ditames neoliberais, nada mais é do que a mudança estrutural na questão do sujeito, tendo em vista que levando em conta o conceito freudiano de neurose, existe a questão do proibido e do permitido, nesse ponto o sujeito tem um investimento ambíguo a lei, ele a deseja e a rejeita, mas houve um aprimoramento na gestão social a tal ponto, que ocorreu uma desmobilização da revolta sobre a forma da repressão não desempenhar mais o papel central neste ponto. Logo, o Estado que antes era um agente repressor, na noção neoliberal, este perde essa função e o sujeito passa a ser seu próprio causador de sofrimento, dessa forma a meritocracia entra em vigor, dado que o sujeito agora vive sob a égide da individualidade e/ou individualização.

Seguindo essa intelecção, Cambaúva e Silva Júnior (2005) afirmam que no sistema neoliberal o homem fica a “mercê da sorte”, considerando que este passa a ser regido pela mão invisível do mercado, salienta ainda que a liberdade advinda do neoliberalismo é acompanhada do desamparo, em razão de:

O homem, em outras formas de organização política, econômica e social, encontrava-se, em parte, apoiado, protegido pelo Estado e pela sociedade. Apesar de o sistema capitalista possuir mobilidade social (afinal, pelo menos em teoria, ninguém nasce predestinado, mas, sim, cada um terá de construir seu caminho durante a vida), o indivíduo deve caminhar só, defender seus próprios interesses, em competição com os demais, não contando com qualquer arrimo. (CAMBAÚVA; SILVA JÚNIOR, 2005, p.530).

Ainda sobre esse mote, e suas consequências, Dunker (2021) bem enfatiza que essa mudança na dinâmica outrora empregada, trará consigo problemas, males, sequelas e uma das mais incutidas pela cultura neoliberal é a depressão, e esta é um dos eixos fundamentais do sofrimento psíquico na sociedade contemporânea.

É necessário salientarmos ainda que o impacto que a política neoliberal insere na sociedade não se compreende apenas no campo econômico, mas todas as mazelas, atingem a saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras. À vista disso, é de bom alvitre ressaltar que, além da depressão existem outras enfermidades que se atrelam a tal modelo de gerência, tais como: A Síndrome de Burnout, suicídio, uso abusivo de substâncias psicoativas, quadros de ansiedade, sintomas somáticos, estresse no trabalho e fadiga. É basilar frisar que estas, são fomentadas pela dita flexibilização do trabalho (RIZIO et al, 2022).

Caminhando para um melhor entendimento acerca da questão supra, Rizio et al (2022), bem clareia que as repercussões na saúde mental atrelam-se ainda na perda da subjetividade, na singularidade e no prazer ao laborar. Logo, o trabalho passa a ser agora apenas um meio de subsistência que não se integra mais com a vida cotidiana, mas compreende-se como uma atividade alienante. Acentuam ainda os autores que os problemas supramencionados se atrelam à alta descartabilidade humana vinculada ao capitalismo.

De mais a mais, além das questões provocadas pela flexibilização do trabalho, Schmidt et al (2018) esclarece que o desemprego, também, está interligado com a questão do sofrimento, tendo em vista que este deteriora o bem estar psicológico dos trabalhadores e trabalhadoras, visto que, a pessoa em situação de desemprego, submete-se a trabalhos extremamente precários e insalubres. Argui também Barreto e Souza (2021) que a falta de trabalho é uma importante parte dos determinantes da saúde dos indivíduos. À vista disso, uma vez que o sujeito encontra-se extenuado pela vivência da precarização, este passa a se dissociar do que é tido como saudável e expõe as rupturas que a política neoliberal assevera, uma vez que tanto os desempregados quanto os que estão em trabalhos precarizados, compartilham do sofrimento alicerçado pelas políticas neoliberais (FORATTINI; LUCENA, 2015).

Nessa esteira, é oportuno destacar que o mal-estar gerado pela onda neoliberal, é a contraface deste, se considerarmos que: “a insegurança na vida produz a percepção de que o trabalhador é incapaz não só de definir seu futuro, mas também de intervir nos rumos da sociedade” (CARVALHO, 2016, p. 82). Na mesma perspectiva, Ceccon et al (2014) evidenciam que o trabalho precarizado é produtor de uma gama de adversidades (depressão, síndrome de burnout, transtorno de ansiedade generalizada) e frisam, que o trabalhador em estado de sofrimento permanente pode ser o fio condutor para o adoecimento de outros, de forma involuntária, pois, sabendo que um indivíduo portador de sofrimento psíquico não desempenhara suas atividades laborais de maneira primorosa, vai acarretar uma menor produção por parte desse sujeito, e conseqüentemente, o trabalho do outro vai se ampliar.

Tal entendimento ganha corpo quando passamos a associar os ditames da gerência do trabalho na atualidade com as questões da individualização, da ameaça, da competitividade e como elas se vinculam de forma danosa ao indivíduo e estabelecem um limiar de sofrimento, entre o trabalho precário e a insegurança causada pelo desemprego (BERNARDO; SOUZA, 2018). Nessa linha, salienta Bernardo et al (2011, p. 9) que o trabalhador passa a criar mecanismos de defesa para burlar as imposições da gestão neoliberal, por exemplo: “a dissimulação, a hiperatividade, o cinismo, o desprezo, a desesperança em ser reconhecido, a violência aos subordinados, a negação dos riscos inerentes ao trabalho, a comunicação distorcida”. No entanto tais mediações tornam-se ineficazes frente ao contexto instável e fluido, acrescido de um discurso antagônico com a vivência dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por tudo dito, de acordo com Franco, Druck e Silva (2010) a exacerbação da competitividade, a supervalorização da flexibilidade e a precarização do trabalho são as armas empregadas pela vanguarda do neoliberalismo, pois, sabe-se que estas conduzem o sujeito para o ignóbil caminho do sofrimento psíquico, que de forma concreta se mostra como já citado anteriormente, na figura do transtorno depressivo, síndrome de burnout, transtorno de estresse pós traumático, dentre outros. Ressalta, os autores que esses são potencializados por toda essa conjuntura política e social instável que nos encontramos, haja vista que o trabalhador contemporâneo vive em uma gangorra balizada pela precarização e o desemprego.

Nesse sentido, infere-se que as mudanças na organização social do trabalho passam a ser um gerador de sofrimento na classe trabalhadora, e de maneira axiomática, a política neoliberal, se utiliza dessa mazela, para se assentar e valer-se deste, como um impulsionador da sua lúgubre gestão (COSTA; TAMBELLINI, 2009).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo o exposto, partindo de uma premissa histórica, podemos deduzir que o neoliberalismo está intrincado com a questão da precarização do trabalho e da geração de sofrimento psíquico no contexto brasileiro. À vista disso, tais questões são inerentes para a sobrevivência desse modelo de gestão, pois a acumulação do capital financeiro, torna-se mais importante que o bem-estar social, de trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse esteio, é válido ressaltar, que a precarização do trabalho na cena tupiniquim, é empreendida como um projeto, que vem ganhando forma ao longo das últimas décadas, mais precisamente a partir da redemocratização na década de 1980, e ficou mais hialina, com as mudanças alçadas por Michel Temer no ano de 2017, e com o então presidente Jair Bolsonaro, personagem de suma importância para a expansão e manutenção de medidas que recolocam o Brasil no patamar que ocupara nas primícias do século XX.

À vista disso, a precarização do trabalho, se traça de flexibilização e mais recente, de uberização, que nada mais é que a aniquilação de qualquer vínculo entre trabalhador e patrão, e sustenta-se a partir do pressuposto da individualização e do empreendedorismo, duas bases da precarização. Tal tese, é defendida por um dos principais nomes, quando se fala da questão da precarização não só no cenário brasileiro, mas na esfera mundial o professor e sociólogo Ricardo Antunes, que possui um vasto arcabouço de brilhantes obras que examinam e traçam paralelos entre os períodos compreendidos pelo fordismo e toyotismo, até a cena atual, como: O privilégio da servidão; o novo proletariado da era de serviços digitais, os sentidos do trabalho, uberização, trabalho digital e indústria 4.0, capitalismo pandêmico, dentre várias outras.

A partir, desse entendimento que a precarização é inerente ao neoliberalismo, podemos aludir que o sofrimento psíquico vincula-se também como a precarização do trabalho, e estes funcionam como propulsores para a gestão neoliberal, tendo em vista que o sofrimento, exerce um papel fundamental nesse modelo de gerência, por exemplo: demissão em massa de trabalhadoras e trabalhadores, sem razão plausível, criando assim um ambiente de competitividade local, que tem por intuito utilizar somente o sofrimento do sujeito, como motor para progressão da ideia neoliberal.

Quanto ao mais, oportuniza-se, ainda salientar, que para a consolidação da gestão neoliberal são necessárias medidas profundas incentivadas pelo Estado, que vão desde medidas estruturais, culturais e subjetivas, como já fora mencionado ao longo do escrito. O neoliberalismo não apoia-se apenas no campo político, mas abarca tais questões supracitadas.

Isto posto, há uma gama de suntuosas obras, que tratam da temática do neoliberalismo e sofrimento psíquico como: *Patologias do Social: arqueologia do sofrimento psíquico*, neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico, ambas dos autores Dunker, Safatle e Nelson Junior. Cita-se também, o notável livro, *a nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* de Pierre Dardot e Christian Laval, que trazem uma arqueologia do neoliberalismo do seu surgimento, até a segunda década do século XXI, e seus impactos na classe trabalhadora.

Portanto, frisa-se que com base, em todas as informações expostas, a luta e o combate de forma hercúlea, faz-se necessária, frente a todas as adversidades impostas pela política neoliberal, dessa forma, trabalhadoras e trabalhadores, necessitam unir-se em prol da mudança e para angariar as melhores que são fundamentais para a sobrevivência da classe trabalhadora.

5. REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. 2010.

ALVES, Giovanni. **A PEC 241, a contrarreforma neoliberal e a Tragédia de Prometeu**. Blog da Boitempo. 2016. Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/19/a-pec-241-a-contra-reforma-neoliberal-e-a-tragedia-de-prometeu/>

ANTUNES, Ricardo: **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 1-280.

ANTUNES, Ricardo: **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 1-300.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

ANTUNES, Ricardo et al. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Autoritarismo no Brasil do presente**: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. *Revista Katálysis*, v. 24, p. 146-156, 2021.

ARAÚJO, José Newton Garcia de. Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 23, n. 1, p. 79-93, 2020.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 23, n. 1, p. 51-63, 2020.

BARRETO, Antonio Angelo Menezes; SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de. Desemprego e suicídio na população brasileira em um cenário de crise do capitalismo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 5869-5882, 2021.

BERNARDO, Marcia Hespanhol; NOGUEIRA, Francisco Ronald Capoulade; BÜLL, Sandra. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 63, p. 83-93, 2011.

BERNARDO, Marcia Hespanhol et al. Ainda sobre a saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 36, p. 8-11, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm

CAMBAÚVA, Lenita Gama; SILVA JUNIOR, Mauricio Cardoso da. Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 25, p. 526-535, 2005.

CÂNDIDO, Gerardo Gallo. Precarização do trabalho: a nova cepa da lógica capitalista autofágica. **Lex Humana (ISSN 2175-0947)**, v. 13, n. 1, p. 50-74, 2021.

CARVALHO, João Mauro Gomes Vieira de. Da financeirização da economia à precarização do trabalho: considerações a partir da obra tardia de Luciano Gallino. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 48, 2016.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008.

CECCON, Roger Flores et al. Suicídio e trabalho em metrópoles brasileiras: um estudo ecológico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 2225-2234, 2014.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. **Pobreza extrema na região sobe para 86 milhões em 2021 como consequência do aprofundamento da crise social e sanitária derivada da pandemia da COVID-19**. 2022. Disponível em:

<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pobreza-extrema-regiao-sobe-86-milhoes-2021-como-consequencia-aprofundamento-crise#:~:text=da%20COVID%2D19-,Pobreza%20extrema%20na%20regi%C3%A3o%20sobe%20para%2086%20milh%C3%B5es%20em%202021,d%20pandemia%20da%20COVID%2D19>

CFF - Conselho Federal de Farmácia. **Vendas de medicamentos para depressão aumentaram 13% este ano**. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2021.

Disponível em:
<https://www.cff.org.br/noticia.php?id=6428#:~:text=Tomando%20como%20base%20o%20ano,2017%2F2018%2C%209%25>.

CHRISTO, Dirce Cristina de. **Evolução do desemprego no Brasil de 1995 a 2010: análise dos governos FHC e Lula**. 2013.

COSTA, Daniel de Oliveira; TAMBELLINI, Anamaria Testa. A visibilidade dos escondidos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, p. 953-968, 2009.

DA SILVA, João Victor Marques. As transformações do mundo do trabalho e a lógica destrutiva da era neoliberal. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 185, p. 142-152, 2016.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique: **A crise do neoliberalismo**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 1-183.

DUNKER, Christian; SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, n.d.s: **Neoliberalismo: Como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª. ed. Belo Horizonte : autêntica, 2021.p.1-286.

DUNKER, Christian; SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, N.D.S: **Patologias do social: Arqueologia do sofrimento psíquico**. 1ª. ed. Belo Horizonte: autêntica, 2021.p.1-351.

DUNKER, Christian: **Uma biografia da depressão**. 2ª. ed. São Paulo: paidós, 2021. p. 1-240.

DUNKER, Christian. **O neoliberalismo e seus normalopatas**. Blog da Boitempo. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/03/o-neoliberalismo-e-seus-normalopatas/>

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. **A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra**. **Caderno CRH**, v. 32, p. 289-306, 2019.

DRUCZKOSKI, João Carlos Matos. **Indústria 4.0 e Modelos de Maturidade**. 2020. Tese de Doutorado.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade**. 2003.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**, v. 179, p. 206, 2006.

FLORESTAN, Fernandes: **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5ª. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006. p. 1-255.

FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos Alberto. **Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho**. **Laplage em Revista**, v. 1, n. 2, p. 32-47, 2015.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SILVA, Edith Seligmann. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado**. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, v. 35, p. 229-248, 2010.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. **Uberização do trabalho e capitalista**. Cadernos EBAPE. BR , v. 17, p. 844-856, 2019.

GEDIEL, José Antônio Peres; MELLO, Lawrence Estivalet de. Autonomia Contratual e Razão Sacrificial: Neoliberalismo e Apagamento das Fronteiras do Jurídico. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 2238-2259, 2020.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GIL, Antônio Carlos: **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 1-176.

GORENDER, Jacob: **Brasil em preto e branco**: O passado escravista que não passou. São Paulo: SENAC, 2000. p. 1-111.

HILÁRIO, Carla Mara; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Aspectos éticos da coautoria em publicações científicas. *Em Questão*, v. 24, n. 2, p. 12-36, 2018.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno crh**, v. 24, p. 15-22, 2011.

HUR, Domênico Uhng; CAMESELLE, José Manuel Sabucedo; ALZATE, Mónica. Bolsonaro e Covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 51, p. 550-569, 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desocupação fica em 4,7% em dezembro e fecha 2011 com média de 6,0%**: Censo 2010. 2012. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2074&t=desocupacao-fica-4-7-dezembro-fecha-2011-media-6-0&view=noticia>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. 2022. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=desemprego&searchphrase=all>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego fica em 14,6% no trimestre até maio e atinge 14,8 milhões de pessoas**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31255-desemprego-fica-em-14-6-no-trimestre-ate-maio-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas>

INNOCENCIO, Giovanna; MENDONÇA, Marcos Antônio. O sofrimento psíquico na sociedade capitalista e neoliberal sob a ótica da determinação social do processo saúde-doença. **Revista Mosaico**, v. 12, n. 3, p. 16-22, 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **1,4 milhão de entregadores e motoristas no Brasil estão na Gig Economy**. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38565

IPEA – instituto de pesquisa econômica aplicada. **Carta de conjuntura**, mercado de trabalho. Brasília: Ipea, 2017.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira Tardelli. **Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. Texto para discussão**, v. 201, 2012.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista Ufg**, v. 13, n. 11, 2011.

MANOEL, Jones. **Social-liberalismo e pós-política**. Youtube, 09 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C0T-6CbqptI>

MANOEL, Jones. **Junho de 2013 é responsável pelo fascismo no Brasil**. Youtube, 06 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m98p1cjnWDQ&t=424s>

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 647-668, 2020.

MELO, Nildo Aparecido de. Neoliberalismo e mercado de trabalho no Brasil-desemprego e precarização do trabalho nos anos de 1990 e instabilidade/alta rotatividade do emprego formal sob o governo Lula. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 29, p. 87-113, 2007.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. *Texto & contexto-enfermagem*, v. 17, p. 758-764, 2008.

MUNIZ, Hélder Pordeus et al. Desafios colocados pelas estratégias neoliberais de precarização do trabalho para a pesquisa-intervenção voltada para a transformação das situações de trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 1, p. 13-27, 2020.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações**. 2000.

OLIVEIRA, Cleyton da Silva. Neoliberalismo, sofrimento e indiferença. **Revista Katálisis**, v. 25, p. 365-373, 2022.

OPAS - Organização Pan-americana da Saúde. **Estudo alerta para altos níveis de depressão e pensamentos suicidas em trabalhadores de saúde na América Latina durante a pandemia**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/13-1-2022-estudo-alerta-para-altos-niveis-depressao-e-pensamentos-suicidas-em>

PRADO, Ana Carolina da Silva Almeida; SILVA, Carla Regina; SILVESTRINI, Marina Sanches. Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, p. 706-724, 2020.

PRAUN, Luci. A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, 2020.

PRESTES, Luiz Carlos: **Luiz Carlos Prestes: Textos resgatados do esquecimento**. 1ª. ed. Marília: Lutas Anticapital. 2019. p. 1-59.

REZIO, Larissa de Almeida et al. O neoliberalismo e a precarização do trabalho em enfermagem na pandemia de COVID-19: repercussões na saúde mental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, 2022.

ROSÁRIO, Luana. A necropolítica genocida de Bolsonaro em tempos de pandemia e o projeto ultra-neoliberal. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 28-49, 2020

SCANDELAI, Aline Linares de Oliveira. A precarização do trabalho: da revolução industrial ao neoliberalismo. In: **Colloquium Humanarum. ISSN: 1809-8207**. 2010. p. 21-31.

SCHMIDT, Maria Luiza Gava et al. Sofrimento psíquico e social na situação de desemprego. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 73-85, 2018.

SOUZA, Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.

SOUZA, Natasha Contro; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Concepções e práticas de procuradores do trabalho sobre a relação entre saúde mental e trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 17-31, 2018.

SOUZA, Ana Lúcia de; GUEDES, Maria Denise. Precarização do trabalho e desarticulação do movimento sindical no capitalismo contemporâneo. **Revista Tópicos Educacionais**, v. 28, n. 1, p. 166-191, 2022.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. Editora Elefante, 2019. p. 1-310.

TOLEDO, José Roberto. **Desemprego cresce 38% no governo FHC**. Folha de São Paulo. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi31019919.htm>

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. Alicerces da precarização existencial no mundo do trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 19, n. 221, p. 66-80, 2020.